



## EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: EXPANSÃO NA REGIÃO NORTE DE MINAS GERAIS

Christine Veloso Barbosa Araújo<sup>1</sup>

Unimontes

Universidade Estadual de Montes Claros

christinevba@gmail.com

Maria Helena de Souza Ide<sup>2</sup>

Unimontes

Universidade Estadual de Montes Claros

mhelenaide@hotmail.com

### Resumo

Este artigo discute a lógica de expansão da educação superior (ES) no país e em regiões afastadas dos grandes centros, tomando como referência o município de Montes Claros, localizado ao norte estado de Minas Gerais. Num primeiro momento são apresentados as características desta expansão nos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (FHC), de cunho claramente privatista, e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) que, apesar de implementar políticas de cunho social para ampliar o acesso ao ensino superior no País, permitiu a continuidade da expansão pela via privada. Em seguida, são apresentados os números da expansão em Montes Claros, no Norte de Minas Gerais, indicando a tendência desta região em seguir as orientações das políticas de educação superior no Brasil nos últimos anos.

**Palavras-chave:** *Expansão do Ensino Superior; Expansão privatista, Ensino Superior no Norte de Minas Gerais.*

---

1       Doutoranda em Desenvolvimento Social pela Unimontes – Universidade Estadual de Montes Claros.

2       Doutora em Educação pela Georg-August-Universität Göttingen. Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – Unimontes.



## A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

### Introdução

O sistema de educação superior brasileiro experimentou movimentos de expansão ao longo de sua constituição, expansão esta intensificada nas décadas de 1940 e 1950, devido ao processo de federalização de instituições de ensino superior, e pós reforma universitária de 1968 quando, sob a vigência do regime militar, o processo expansionista assumiu um caráter especialmente privatista. Porém, foi no governo de Fernando Henrique Cardoso, a chamada “era” FHC (1995-2002), que o campo universitário brasileiro assumiu um caráter nitidamente privado, de forma que ao final de 8 anos do seu governo as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas detinham mais de 70% das matrículas. (DOURADO *et al*, 2003). O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), apesar de investir em políticas de interiorização das universidades públicas por meio do programa REUNI, não conteve a expansão de caráter privatista, mantendo, esta, forte continuidade em seu governo.

As Instituições de Ensino Superior (IES) privadas se espalharam por todo o território nacional, chegando às regiões mais afastadas dos grandes centros, como o Norte de Minas Gerais, por meio da oferta de cursos superiores nas modalidades tanto presencial quanto à distância (EaD).

O presente estudo pretende apresentar e analisar os números dessa expansão, com ênfase especial no ensino superior (ES) no Norte de Minas Gerais, por meio de dados coletados no Sistema e-Mec<sup>3</sup> e nos relatórios do Censo da Educação Superior disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

A partir dos dados foi possível observar que a região em questão sofreu os impactos, como o restante do País, da política de oferta de ensino superior e, hoje, segue a tendência nacional de expansão desse nível de ensino, como orientam as políticas educacionais dos últimos anos.

### A Educação Superior Brasileira a Partir dos Anos 1990

Sob orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial e outras agências multilaterais, vários países da América Latina, dentre eles o Brasil, foram submetidos a uma agenda de reformas com o objetivo de adequar o Estado e a sociedade como um todo a uma nova ordem onde a economia ocupava um valor central. (SOBRINHO, 2003). Neste contexto,

3 A Portaria Normativa Nº 40, de 12 de Dezembro de 2007 instituiu o e-Mec, “um sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação”. Por meio do sistema é possível acompanhar os pedidos de credenciamento e reconhecimentos de IES, autorização, renovação e reconhecimento de cursos de graduação e outros processos. Fonte: Ministério da Educação. Disponível em: <http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/17>



## A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

a educação superior sofre uma grande pressão no sentido de se adequar aos novos ditames estabelecidos. Segundo Sobrinho (2003), entre as principais medidas a serem implementadas no âmbito da educação superior recomendadas aos países em desenvolvimento encontram-se:

- diversificação institucional, de forma a conferir mais agilidade de ajustamento aos nichos de mercado e demandas da economia;
- competitividade, respaldada por uma avaliação comprometida principalmente com controle de rendimentos, de resultados e de produtos;
- desoneração do Estado, afastando-o da obrigação de financiar a educação superior pública;
- flexibilidade, diversificação, liberalização, o que possibilita menos controle do Estado;
- aumento da eficácia administrativa, imprimindo uma concepção de gestão empresarial ao setor;
- fortalecimento do quase-mercado educacional, traduzido entre outras medidas através de um paulatino processo de privatização de serviços, criação de fundações, adequação dos tempos acadêmicos aos tempos do mercado, entre outros.

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) ao estabelecer alianças políticas com forte teor neoliberal ofereceu as bases para a implantação de uma política educacional afinada com as recomendações do Banco Mundial. Leher (2003:86) afirma que no escopo da política de FHC havia o propósito de adequar a educação superior à “nova estrutura produtiva do país”. Essa adequação, no entanto, não renunciava melhorias na formação cultural e científica da população, mas vinha ao encontro da especialização da força de trabalho por meio de uma formação estratificada e de baixo custo.

O corolário da reestruturação da educação superior do governo de FHC foi uma extensa diversificação na oferta de cursos superiores e uma multiplicação acentuada de IES privadas. O fato é que essa expansão quantitativa, ocorrida predominantemente pela via privatista não representou a necessária democratização de acesso ao ensino superior, como já idealizada pelos estudantes em suas intensas manifestações nos anos de 1960. Ao contrário, o que se viu foi a criação de um sistema de competição entre empresas educacionais para oferta de cursos superiores de formação profissional rápida e com baixo custo, identificada como uma “certificação em larga escala” (LEHER, 2003; LIMA, 2002).

Ilustra essa expansão, ocorrida a partir da segunda metade dos anos 1990, o percentual de matrículas em instituições de ensino superior no Brasil. Em torno de 77% das matrículas foram efetivadas em IES privadas, enquanto as públicas respondiam por cerca de 30%, sendo que o





## A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

aumento no número de matrículas em IES privadas, no período em questão, pôde ser observado em todas as regiões do país. (LEHER, 2003)

Baseado em Neves (2002) e nos dados do Censo da Educação que se encontram portal do INEP, é possível verificar que de 1994 a 1999 a região norte do País obteve 8,4% de crescimento no número de matrículas. O nordeste apresentou crescimento de 2% e a região Sul 16,4%. A região sudeste manteve a tradição em concentrar a maioria dos matriculados em IES no País e registrou um aumento de 4,1% nesse período. Na região centro-oeste o crescimento no número de matrículas foi de 7,7%. A expansão privatista nas regiões sul, norte e centro-oeste entre os anos de 1994 a 1999 demonstra o alargamento dos investimentos do setor privado nas demais regiões do País. (ARAÚJO, 2013)

O aspecto deliberadamente privado da expansão de IES em todo o território nacional no governo do presidente FHC encontra na Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, sancionada em seu governo, o respaldo que a iniciativa privada precisava para investir na oferta de educação de baixo custo. De acordo com Neves (2002:31), a nova LDB permitiu a criação do Decreto nº 2.306, de agosto de 1997, que “regulamentou o funcionamento do sistema federal de ensino superior”. Ao organizar academicamente as instituições dividindo-as em universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos superiores ou escolas superiores, o decreto desobrigou as IES não universitárias da prática da pesquisa. Essa diversificação possibilitou que houvesse pouco investimento em laboratórios, ciência e tecnologia e uma oferta expressiva de cursos de baixo custo.

Desse modo, a expansão provocou transformações no campo universitário contrárias aos propósitos da educação enquanto direito social e apresentou um caráter excludente, concorde com os interesses do capital ou do mercado. Essas transformações se estenderam até o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ainda hoje apresentam tensões não resolvidas.

Há diferença, no entanto, entre os dois governos. Existe no governo Lula a visível preocupação em promover uma expansão por meio da “incorporação de setores tradicionalmente excluídos da educação superior: a população estudantil de baixa renda, proveniente das escolas públicas, no que se inclui a população negra e grupos étnicos raciais” (GOMES, 2008:30). A partir dessa perspectiva, o governo Lula implementou políticas de inclusão por meio de cotas nas universidades públicas e criou o Programa Universidade para Todos (PROUNI) que prevê a concessão de bolsas para o ensino superior destinadas a alunos de baixa renda e que ao longo de sua trajetória escolar, frequentaram escolas públicas. Dessa forma, Lula promoveu acesso inclusivo a muitos jovens que antes não tinham esperanças de chegar ao ensino superior. Apesar dos objetivos do PROUNI ratificarem seu mérito de ampliar a inclusão, o programa não está livre de críticas por permitir a aplicação de recursos públicos na iniciativa privada.



## A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

Em que pese a questão da inclusão, observa-se no período de 2000 a 2010, através dos dados do Relatório do Censo da Educação Superior 2010 disponibilizado pelo INEP, que o número de IES privadas no Brasil em 2001 era de 1.208, quando findava o segundo mandato do presidente FHC. Esse número quase duplicou no final do primeiro mandato do seu sucessor, o Presidente Lula, chegando a 2.000 instituições. Reeleito, Lula finaliza seu segundo mandato deixando a marca de uma expansão que chegou a 2.100 IES privadas. Em proporções menores, mas não menos significativas, as IES públicas no governo Lula também apresentaram crescimento em função de suas políticas voltadas para a expansão dessas instituições por meio do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Verifica-se que enquanto em 2006 o número de IES privadas cresceu 65,5% em relação a 2001, nesse mesmo período o número das IES públicas cresceu cerca de 35%. A observação do período 2001 a 2010 permite constatar que as IES públicas cresceram 51,9%, enquanto as IES privadas cresceram 73,8% no mesmo período analisado.

Dados do relatório do Censo 2010 ilustram a expansão das IES explicitando que das 2.378 IES no País nesse ano, 85,2% correspondem a Faculdades, 8% a Universidades, 5,3% aos Centros Universitários e o restante, 1,6% são Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e ou Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Observando a categoria administrativa, vê-se que 88,3% são instituições privadas, 4,5% estaduais, 4,2% federais e 3,0% municipais (Censo da Educação Superior 2010:30). Observa-se que o número expressivo de faculdades, demonstra o perfil do ensino superior no Brasil, com predomínio de IES de pequeno porte, como prevê as metas de diversificação do sistema superior de ensino do Plano Nacional de Educação 2001-2010.

No que tange às matrículas, o Censo da Educação Superior 2010 traz a seguinte justificativa:

O Brasil atinge, em 2010, o total de 6.379.299 matrículas em cursos de graduação, mais que o dobro das registradas em 2001. Essa expansão se dá, notadamente, pela via privada, concomitantemente a um crescimento expressivo do setor público por meio das categorias federal e estadual. Ao longo do período, esse atendimento avançou no sentido de diminuir as disparidades entre as regiões geográficas (Censo da Educação Superior 2010:54).

O referido documento justifica ainda que “A concentração das matrículas em um número reduzido de instituições consiste em uma importante característica das IES no Brasil” (Censo 2010:32). Por esse motivo, as universidades concentram 54,3% das matrículas enquanto as faculdades ficam com o percentual de 31,2%. Os centros universitários detêm 13,1% das matrículas e apenas 1,4% das matrículas estão nos IFs e CEFETs.

Pontua-se que a modalidade de Educação a Distância vem se destacando, prioritariamente nos graus tecnológico e licenciatura como apresentam os dados dos relatórios disponíveis no







site do MEC/INEP. Na modalidade presencial os tecnológicos representam 10% das matrículas, enquanto na modalidade EaD o percentual é de 25%. As matrículas na licenciatura EaD são de 46%. Esses números apontam para uma expansão do acesso ao ensino superior nos graus tecnológico e licenciatura na modalidade EaD. Entretanto, a maioria dos cursos é ofertada por IES privadas com fins lucrativos, que encontram-se multiplicadas em todo o território nacional por meio de polos educacionais nos mais diversos municípios, enquanto suas sedes administrativas permanecem na cidade de origem.

Apesar disso, há que se considerar que as IES privadas vêm proporcionando qualificação profissional a inúmeros jovens que vivem em regiões distantes dos grandes centros, como é o caso de Montes Claros, no Norte de Minas Gerais.

### A Expansão do ES no Norte de Minas Gerais

No estado de Minas Gerais, localizado na região sudeste do País - que concentra a maior oferta de ensino superior em relação às demais regiões - a expansão desse nível de ensino pode ser observada por meio de uma análise do número de IES nos treze maiores municípios do Estado, ou seja, os municípios acima de 200.000 habitantes, de acordo com o censo 2010 do IBGE. Por meio de pesquisa direta no Sistema e-MEC levantou-se os números de IES nos municípios selecionados, a saber: Belo Horizonte, Uberlândia, Contagem, Juiz de Fora, Betim, Montes Claros, Ribeirão das Neves, Uberaba, Governador Valadares, Ipatinga, Sete Lagoas, Divinópolis e Santa Luzia.

**TABELA 01**  
**RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS DE MINAS GERAIS**  
**E NÚMERO DE IES**

Município	População Censo 2010	Número de IES Autorizadas
Belo Horizonte	2.375.151	86
Uberlândia	604.013	24
Contagem	603.442	13
Juiz de Fora	516.247	29
Betim	378.089	16
Montes Claros	361.915	33
Ribeirão das Neves	296.317	5
Uberaba	295.988	19
Governador Valadares	263.689	21
Ipatinga	239.468	15
Sete Lagoas	214.152	22
Divinópolis	213.016	15
Santa Luzia	202.942	5

Fonte: Pesquisa direta a partir do Censo 2010/IBGE e Sistema e-MEC *apud* ARAÚJO, 2013



## A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

Chama a atenção neste levantamento o Município de Montes Claros, localizado no Norte de Minas Gerais, que possui o maior número de IES depois da capital, Belo Horizonte. Dentre os municípios analisados, o mais próximo de Montes Claros é Ribeirão das Neves que possui apenas 05 IES autorizadas para oferta de cursos nas modalidades presencial e a distância (EaD). Portanto, pode-se inferir que Montes Claros atende a uma demanda por esse nível de ensino não só local, mas em toda a mesorregião onde se encontra, caracterizando o perfil do ensino superior no Norte de Minas Gerais. A partir dessa observação, levantou-se dados por meio do Sistema e-Mec a fim de ilustrar esse perfil.

Observou-se que o município manteve um atraso histórico em relação ao restante do Estado, no que se refere ao ensino superior, nos anos que antecederam a década de 1990. Até o final dos anos 1980 existia apenas uma IES pública na região, que ofertava pouco mais de uma dezena de cursos de graduação. A partir de 1998 outras IES foram autorizadas a atuar no município e a ofertar cursos diferentes dos já oferecidos pela universidade local, a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Em 2001 já havia 04 IES privadas, em 2002 esse número quase duplicou e em 2003 já eram 13 IES privadas, chegando a 16 IES em 2011. (ARAÚJO, 2013)

Até 2011, como registrado no sistema e-Mec, existiam 33 IES autorizadas no município, sendo 18 com sede administrativa local e 15 ofertando cursos na modalidade EaD. Ainda de acordo com os dados levantados no Sistema e-Mec a grande maioria dessas instituições, ou seja, 21 IES são privadas com fins lucrativos, sendo que dessas, 12 IES mantinham sede administrativa no município.

Esses números indicam que existe uma lógica de reprodução do capital, onde o mercado especializado busca adequar a formação da mão de obra às suas necessidades. Outra evidência dessa assertiva é a quantidade de cursos superiores ofertados na modalidade presencial e EaD. Enquanto existem 139 cursos superiores presenciais autorizados e ativos<sup>4</sup>, na modalidade EaD são 185. Se forem analisados os graus observa-se que dos 139 cursos presenciais, 23 são de grau tecnológico, 32 licenciaturas e 84 são bacharelados; dos 185 cursos EaD, 77 são de grau tecnológico, 71 de licenciaturas e 37 de bacharelados, como demonstrado na TABELA 02.

**TABELA 02**  
**QUANTIDADE DE CURSOS SUPERIORES ATIVOS OFERTADOS EM MONTES CLAROS DE ACORDO COM O GRAU DE FORMAÇÃO**

GRAU	PRESENCIAIS ATIVOS	EaD ATIVOS
Tecnológico	23	77
Licenciatura	32	71
Bacharelado	84	37
Total	139	185

FONTE: Ministério da Educação - Sistema e-MEC *apud* ARAÚJO, 2013

4 Considera-se cursos ativos aqueles autorizados que, a critério da IES, podem ser ofertados a qualquer momento.





## A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

Se somados, os cursos ativos nas modalidades presencial e EaD representam a oferta de graduação no município de 317 cursos. Na modalidade presencial prevalece a oferta do grau de bacharelado, enquanto a maioria da oferta na modalidade EaD é dos graus licenciatura e tecnológico, refletindo o que acontece a nível nacional.

Analisando por fim a oferta de vagas e o número de matriculados, é possível constatar junto aos dados coletados no INEP, considerando as IES públicas e privadas, que havia 3.831 matriculados nos cursos de graduação em 1999 em Montes Claros, nas modalidades presencial e EaD. Uma década depois, em 2011 esse número cresceu 642,5% chegando a 28.445 matriculados, sendo que 7.208 correspondem a matrículas em IES pública e 21.237 em IES privadas, representando estas últimas, 74,65% do percentual de matriculados em cursos de graduação em Montes Claros. Mais que a média nacional. Com relação à oferta de vagas, nesse mesmo ano foram ofertadas 10.176 vagas em cursos de graduação presencial e EaD, sendo 8.482 em IES privada e 1.694 em IES pública. Seguindo uma tendência nacional, a maioria das vagas oferecidas em IES privadas são na modalidade EaD. Já em relação aos concluintes desse mesmo ano, constata-se que 2.078 acadêmicos concluíram o curso de graduação em IES pública e 3.641 em IES privada, totalizando 5.719 concluintes em 2011.





## A UNIVERSIDADE E MODOS DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - PARA QUE DESENVOLVIMENTOS?

### Considerações Finais

Infere-se, considerando o exposto até aqui, que o ensino superior brasileiro a partir da década de 1990 seguiu uma linha privatista e ampliou a oferta sem, entretanto, garantir a democratização ao acesso, como pleiteada pelos jovens desde a década de 1960. A expansão pela via privada teve sua continuidade nos anos 2000, em que pese as políticas assinaladas como de cunho social criadas no governo do presidente Lula com o objetivo de ampliar o acesso como é o caso do PROUNI, citado neste texto, e de outros como Sistema de Seleção Unificada –SISU, que permite a entrada de alunos na universidade pública mediante realização das provas do ENEM, com reserva de cotas.

É fato que a oferta de cursos de graduação pelas IES públicas locais não é suficiente para atender à demanda por ensino superior e, por esse motivo, essa lacuna vem sendo preenchida pelas IES privadas com oferta de cursos nos diversos graus e modalidades, o que muitas vezes cria um campo de competição entre elas. Dessa feita, os jovens que se encontram nas regiões mais distantes dos grandes centros, como é o caso de Montes Claros, no Norte de Minas Gerais encontraram aí uma oportunidade de chegar ao ensino superior.

A cobrança de mensalidades, antes um fator excludente, deixa de ser um obstáculo ao acesso em função das políticas de financiamento, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) em que o aluno começa a pagar a faculdade depois de formado. Pontua-se, porém, que o modelo de financiamento é gerador de controvérsias e recebe críticas dos estudiosos da educação superior no País, pois caracteriza a transferência de recursos públicos para a iniciativa privada.

A oferta de cursos de graduação, como colocada neste estudo, sugere que existe uma demanda ainda reprimida por qualificação superior em diversas regiões do País e essa vem sendo atendida por IES privadas, como é o caso do Norte de Minas. A proliferação de IES privadas no município de Montes Claros e o elevado número de cursos de graduação ofertados, quando comparados a outros municípios do estado, sugerem essa assertiva. Ao se destacar em relação a outros municípios do Estado de Minas Gerais quanto à presença de IES privadas com oferta de cursos de graduação nas modalidades presencial e EaD, Montes Claros, que ora representa a região do Norte de Minas, segue a lógica de expansão da educação superior no Brasil.





## BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Christine Veloso Barbosa (2014). Ensino superior brasileiro: expansão e transformação a partir dos anos 1990. 2014. 113f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) - Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Montes Claros. Disponível em: <http://www.ppgds.unimontes.br/index.php/dissertacoes>

BRASIL (2010). Censo da Educação Superior 2010. INEP/MEC. Resumo Técnico do Censo da Educação Superior 2010. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/resumo\\_tecnico/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_superior\\_2010.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf). Acesso em: Jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. e-Mec. Brasília. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/ies/>. Acesso em: Jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/INEP. Disponível em: [www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br). Acesso em: Jun. 2015.

DOURADO, et al (2003). Transformações recentes e debates atuais no campo da educação superior no Brasil. In: DOURADO, et al. (orgs). **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo, Xamã, pp. 97-116.

GOMES, A.M. (2008). As reformas e políticas da educação superior no Brasil: avanços e recuos. In: MACEDO, et al (orgs). **Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**. Campinas, SP: Alínea, pp.23-51.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática. Banco de dados agregados. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp>. Acesso em: jun, 2015.

LEHER, R. (2003). Expansão privada do ensino superior e heteronomia cultural: um difícil início de século. In: DOURADO, L.F. et AL (org). **Políticas públicas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã, pp. 81-93.

LIMA, K. R. S. (2002). Organismos internacionais: o capital em busca de novos campos de exploração. 2002. In: NEVES, L. M. W. (org). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil nos anos 1990**. São Paulo: Xamã.

NEVES, M.L.W.; FERNANDES, R.R. (2002). Política neoliberal e educação superior. In: NEVES, M.L.W. (Org.) **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil nos anos 1990**. São Paulo: Xamã, pp. 21-40.





SOBRINHO, J.D. (2003). Educação superior: flexibilização e regulação ou avaliação e sentido público. In: IDOURADO, et al. (orgs). **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo, Xamã, pp. 97-116.

